

Dossiê Olhares Cruzados sobre a Normalização

‘Meu pai mandou um garoto no armário para o exército e recebeu de volta um homem homossexual’: A homossexualidade nas forças armadas sul-africanas durante o ‘apartheid’ a partir de um romance¹

*Phillip Willians Leite*²

Baseado na discussão de Michel Foucault sobre a subjetivação na modernidade, abordo as diferentes facetas das relações sexuais entre homens nas Forças Armadas sul-africanas do *apartheid* (South African Defence Force [SADF]) descritas no romance sul-africano *Moffie* (2006), de André Carl van der Merwe. Por meio da análise do livro, discuto o papel de marcadores sociais da diferença no projeto do *apartheid*, a influência das forças armadas na construção de ideais de masculinidade e as possibilidades de sexualidades não-heterossexuais no exército.

Palavras-chave: homossexualidade, *apartheid*, forças armadas, subjetivação, amizade

Drawing on Foucault’s discussion of subjectivation in modernity, “**My Father Sent a Closeted Child to the Army and Got a Homosexual Man Back**”: Homosexuality in the South African Defence Force During ‘Apartheid’ from a Novel address the multiple aspects of sexual relationships between men in the South African Defence Force [SADF] described in the novel *Moffie*, by André Carl van der Merwe. Through an analysis of the book, I examine the role of social markers of difference in the apartheid national project, the armed forces’ influence on masculinities conceptions, and the possibilities men had to experience non-heterosexual sexualities in the military.

Keywords: homosexuality, apartheid, armed forces, subjectivation, friendship

¹ Este artigo apresenta resultados preliminares de pesquisa desenvolvida com apoio do processo nº 2019/04296-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). “As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Fapesp”. Uma primeira versão do artigo foi apresentada como trabalho final da disciplina “Antropologia da normalização: práticas e mentalidades de regulação biopolítica (parentesco, saúde, corpo, gênero, sexualidade)”, ministrada por Diego Madi Dias no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de São Paulo (USP). Agradeço a Diego pelos comentários e pela interlocução durante a escrita do texto, assim como às/aos pareceristas anônimos que deram valiosas sugestões ao artigo.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de São Paulo (USP) e bacharel em relações internacionais pela mesma universidade. Pesquisador do Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença (Numas) da USP. E-mail: phillip.leite@usp.br

Introdução

Entre fevereiro e março de 2018, como parte de uma iniciação científica, passei uma temporada na África do Sul realizando uma pesquisa bibliográfica em duas universidades do país³. Tinha por objetivo fazer um levantamento bibliográfico sobre a regulação da homossexualidade masculina *white*⁴ na África do Sul do *apartheid*⁵, baseando-me na ideia de que o regime de segregação, engendrado a partir do nacionalismo africânder, constituiu-se não só por meio da gestão da raça, mas também do gênero e da sexualidade (MOUTINHO, 2004c). Meu objetivo era entender como a homossexualidade – vista pela maior parte da sociedade sul-africana como um tabu, um desvio e/ou um crime – era negociada com os privilégios constituintes da categoria “homem *white*”, grupo com o maior número de privilégios econômicos e políticos no regime racista e *generificado* do *apartheid*.

Durante o balanço bibliográfico, um dos temas que mais chamou minha atenção foi o das relações sexuais entre homens na South African Defence Force (SADF), nome das forças armadas sul-africanas no período do *apartheid*, que tiveram uma política de conscrição obrigatória para todos os homens *whites* de 1967 a 1993⁶. Essa bibliografia é centrada

³ A pesquisa, intitulada “Gestão da (homos)sexualidade na África do Sul do *apartheid*”, foi realizada entre agosto de 2017 e junho de 2018 no âmbito do Departamento de Antropologia da USP. A pesquisa recebeu uma bolsa de IC/CNPq do projeto “Sob o comando de um deus racista: políticas sexuais na África do Sul” (Edital MCTI/CNPq/Universal), coordenado por Laura Moutinho (DA/USP). A estadia, para fins de pesquisa, na Cidade do Cabo e em Stellenbosch, entre fevereiro e março de 2018, teve apoio do projeto “A vizinhança nas entrelinhas: alianças e conflitos, trocas (des)iguais e cooperação entre Moçambique e África do Sul”, também coordenado por Laura Moutinho e financiado pela Chamada MCTI/CNPq nº 46/2014 – Programa de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com Países da África (ProÁfrica).

⁴ Em consonância com Moutinho (2015, 2018), utilizo aqui as categoriais raciais conforme usadas na África do Sul, a fim de preservar seu contexto. A partir da promulgação da lei Population Registration Act em 1950 pelo Parlamento da África do Sul, a população do país passou a ser classificada racialmente pelo Estado como *white*, *native* e *coloured*. A categoria *white* (intercambiada às vezes com o termo *european* em alguns documentos oficiais do governo) era composta majoritariamente por dois subgrupos: os africânderes (descendentes especialmente dos primeiros colonizadores holandeses, cujo idioma se tornou, ao longo do tempo, o africânder) e os ingleses (descendentes dos colonizadores britânicos, falantes de inglês). A categoria *native* era intercambiada em alguns contextos pelos termos *bantu*, *black* ou *african*. Já a categoria *coloured* era subdividida em mais outros sete subgrupos: *cape coloured*, *malay*, *griqua*, *chinese*, *indian*, *other asiatic* e *other coloured*. Para mais informações sobre classificações raciais no *apartheid*, ver Posel (2001) e Moutinho (2004a).

⁵ O *apartheid*, cuja tradução literal do africânder para o português é “separação”, foi um regime de segregação racial que vigorou no território da atual República da África do Sul entre 1948 e 1994.

⁶ Durante o *apartheid*, o exército sul-africano era uma instituição composta majoritariamente por homens *whites*, e apesar de homens e mulheres *natives* e *coloureds*, além de mulheres *whites*, poderem se voluntariar para servir a instituição, esses sujeitos geralmente ocupavam postos administrativos ou de menor hierarquia, em raras ocasiões chegando a cargos de combate ou chefia (NÖTHLING e STEYN, 1986; HEINECKEN, 2009). O perfil demográfico do exército começou a mudar somente após o fim do *apartheid*, quando as forças armadas sul-africanas, rebatizadas com o nome de South African National Defence Force, implementaram uma série de políticas afirmativas a fim de atingir uma maior representatividade em termos de gênero e raça, além de criar medidas visando coibir as discriminações no exército, inclusive por orientação sexual, em linha com a constituição sul-africana promulgada em 1996 (HEINECKEN, 2009).

principalmente na violência cometida contra homens que se relacionavam sexualmente com outros homens na instituição, violações denunciadas à Truth and Reconciliation Commission (TRC)⁷ por meio de depoimentos de ex-recrutados da SADF (VAN ZYL *et al.*, 1999; BELKIN e CANADAY, 2010; KAPLAN, 2004; CONWAY, 2008, 2012; JONES, 2008; SCHAAP, 2011; REEDY, 2013). Não obstante a produção acadêmica a que tive acesso colocar o holofote no caráter infenso à homossexualidade da instituição, a leitura de um romance me abriu as portas para pensar que as relações sexuais entre homens na SADF poderiam ser analisadas por meio de outras perspectivas.

Em 2018, durante uma de nossas conversas sobre minha pesquisa, minha orientadora me trouxe o livro *Moffie*, indicando-me que a leitura seria proveitosa para meu projeto. Escrito pelo sul-africano André Carl van der Merwe, a obra relata o cotidiano de um jovem *white* e homossexual na SADF nos anos 1980, tendo sido inspirado em experiências vividas pelo autor no exército durante o *apartheid*. Se a violência homofóbica, os sofrimentos do treinamento militar e o racismo que permeava o dia a dia na instituição são temas que marcam a obra, a história do amadurecimento do personagem principal do livro mostra as possibilidades da vivência da homossexualidade em uma instituição como o exército, na qual “o amor entre homens é, incessantemente, convocado e honrado” (FOUCAULT, 1981, pp. 39, tradução de Wanderson Flor do Nascimento)⁸.

A leitura da obra me permitiu pensar nas experiências diversas das relações sexuais entre homens na SADF, espaço no qual, argumento adiante, violência, interdição, (des)respeito às normas e agências criativas se misturam. Para explorar essa perspectiva, apresento uma análise de *Moffie* partindo dos conceitos de normalização e resistência que permeiam a obra de Michel Foucault (FOUCAULT, 1998, 2001, 2006, 2008, 2014) e que tentam explicar as mutações da noção de “poder” na modernidade. Para complementar essa análise, utilizo também a proposta de Michel Agier (2012) de uma “antropologia do sujeito” e a noção de “amizade” mobilizada por autoras(es) que examinam o conceito em comunidades e vivências de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transsexuais e *queer*⁹ (WESTON, 1991; WEEKS, 2001; CORNEJO, 2015).

⁷ Comissão de Verdade e Reconciliação, em tradução livre. Comissão criada na África do Sul para discutir violações aos direitos humanos cometidas durante o *apartheid* (cf. MOUTINHO, 2012).

⁸ No original: “l’amour entre hommes y est sans cesse appelé et honni”.

⁹ O termo *queer* pode se referir tanto à teoria *queer* (ou “estudos transviados”, na tradução de Berenice Bento para o português (BENTO, 2009)), que, segundo Miskolci (2009, p. 150-151), tem por objeto de análise “a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais” a partir da problematização de conceitos como

Contextualizando: nação e marcadores sociais da diferença na África do Sul do *apartheid*

A constituição de imaginários nacionais e de nacionalismos por meio da articulação de múltiplos marcadores sociais da diferença¹⁰ vem sendo abordada em estudos críticos em disciplinas como a história e as ciências sociais já há algum tempo (MOSSE, 1985; GAISTKELL, UNTERHALTER, 1989; NAGEL, 1998; MOUTINHO, CARRARA; 2010; PINTO, 2011; MISKOLCI, 2012; ENLOE, 2014; MULHOLAND, MONTAGNA, SANDERS-MCDONAGH, 2018), inclusive com pesquisas que pensam instituições nacionais como as forças armadas e tentam responder a questões como qual a relação do exército com concepções de masculinidade em contextos nacionais (FREVERT, 1996; KWON, 2001; AHLBÄCK, 2011) e como homens homossexuais são vistos dentro da instituição (HARRY, 1984; HEKMA, 1991; CARREIRAS, 2004; JACKSON, 2004; SINCLAIR, 2009; BELKIN et al, 2001a, 2001b, 2010, 2013). Inspirado por esses estudos, discuto a seguir como raça, gênero e sexualidade estiveram presentes no *Afrikanerdom*, força propulsora por detrás do início do *apartheid*, e as consequências da articulação desses marcadores para homens *whites* homossexuais.

Gênero, raça e sexualidade no nacionalismo africânder

Se o *Afrikanerdom* defendia que os *whites* africânderes tinham uma herança racial, linguística e religiosa em comum, cuja manutenção dependia da instalação do *apartheid*, o movimento nacionalista africânder também foi hábil em sua articulação de categorias de gênero como forma de levar a causa adiante. Como notam Gaistkell e Unterhalter (1989) e McClintock (1991), na retórica do *Afrikanerdom* a mulher africânder aparecia por meio da figura da *volksmoeder* (lit.: mãe do *volk*¹¹): o seu papel estava intimamente ligado à sua relação com esposos e filhos, seu domínio sendo o da domesticidade e cumprindo um papel coadjuvante na vida política, espaço reservado aos homens africânderes, que eram

sujeito, identidade, agência e identificação, quanto a pessoas que não se encaixam em definições heteronormativas de gênero e sexualidade (CORNEJO, 2015).

¹⁰ Por “marcadores sociais da diferença” se entende aqui a noção de que classificações e diferenças em termos de raça, gênero, sexualidade etc., muitas vezes construídas de formas hierárquicas e/ou assimétricas e podendo resultar em discriminações e desigualdades, não são “atributo[s] inerente[s] a humanos e não-humanos, mas (...) efeito[s] da operação de complexos sistemas de conhecimento e relações sociais” (ALMEIDA *et al.*, 2018, p. 19).

¹¹ *Volk* é uma palavra em africânder, derivada do termo homônimo em holandês, cuja tradução literal para o português seria “povo”. No texto de McClintock, assim como em suas outras utilizações neste artigo, a palavra diz respeito a crença do nacionalismo africânder de que os africânderes eram um “povo” (*volk*) claramente distinto dos outros grupos que habitavam a África do Sul por conta de sua herança racial, cultural e linguística (para mais informações sobre o termo e seu uso pelo nacionalismo africânder, ver Ribeiro, 1994).

“vistos como encarnando a agência política e econômica do *volk*” (McCLINTOCK, 1991, p. 108, tradução minha).

O *Afrikanerdom* não só marcou os espaços que deveriam ser ocupados por mulheres e homens africânderes na nação, mas também ajudou na construção de um sentimento de unidade entre os últimos. Segundo Du Pisani (2004), nas décadas que precederam o *apartheid* intelectuais nacionalistas se esforçaram para fomentar a ideia de um *volk* unido e vencer a desarticulação existente entre os *whites* africânderes. Essa intelectualidade, reunida em grupo composto só de homens intitulado Afrikaner Broederbond¹², promoveu iniciativas para despertar a ideia de um “destino compartilhado” e fazer renascer os “valores tradicionais” entre jovens homens africânderes, considerados os futuros líderes da nação. Uma das estratégias do discurso nacionalista foi construir a imagem do homem africânder como a antítese dos estereótipos negativos da masculinidade dos homens ingleses, judeus e, principalmente, *blacks*. Como fica claro com a difusão da ideia do *swart gevaar*¹³, veiculada pelos partidários do nacionalismo africânder em propagandas políticas, os homens *blacks* eram taxados de primitivos, imaturos e portadores de uma sexualidade animalesca e incontrolável que ameaçava as mulheres africânderes. Para protegê-las, era preciso que os homens africânderes se unissem para impedir o convívio e a mistura racial entre *natives* e *europeans* (MOUTINHO, 2004c). Nas palavras de Moutinho (2004d, p. 350), a “regulação e a repressão à sexualidade articuladas à ‘raça’ foram centrais para a organização do regime [do *apartheid*]”, dada a crença de que a mistura interracial “poluiria” a “pureza racial” africânder.

Essa visão estereotipada da sexualidade dos homens *blacks* explicita o pavor do sexo inter-racial no pensamento nacionalista africânder, temor que está na origem da legislação que proibiu o sexo e o matrimônio inter-raciais na África do Sul¹⁴. O ponto que quero destacar aqui é que, segundo Moutinho (2004a), uma leitura mais atenta dessas leis mostra que há uma forte assimetria de gênero na maneira como se concebe a relação de homens e mulheres com o sexo: o texto das leis “indica(...) que o desejo erótico está alocado nos homens” (Moutinho 2004a, p. 100), uma vez que eles poderiam ser punidos ao cometerem atos sexuais interraciais, em um papel ativo, ao passo que uma mulher sofreria

¹² Irmandade Africânder, em tradução literal.

¹³ Perigo *black*, em tradução literal.

¹⁴ A proibição do sexo interracial fora do casamento foi promulgada na África do Sul em 1927 por meio do *Immorality Act*, ao passo que a proibição dos casamentos entre *whites* e *non-whites* teve sua origem em 1949 no *Prohibition of Mixed Marriages Act*. Ambas as legislações foram revogadas em 1985.

sanções ao “permitir” que um homem de outra raça tivesse relações sexuais com ela. Em consonância com essa assimetria, as penas eram diferenciadas não pela raça dos indivíduos, mas pelo gênero, com os homens estando sujeitos a sanções mais rígidas. Ponderando essa assimetria de gênero, Moutinho argumenta que “se (...) a defesa moral da mulher *white* funcionou como um catalisador de medos e ameaças ao *volk* africânder, (...) a regulação da conduta sexual (e moral) masculina era uma preocupação que assumiu o formato legal com o decreto da *Immorality Act*” (ibid., p. 100).

Se a regulação da conduta sexual masculina *white* no *apartheid* tinha um papel central, ela não ocorreu somente com o intuito de evitar relações interracial heterossexuais: as relações homossexuais, especialmente as que envolviam homens *whites*, também estiveram na mira do Estado. A relação entre a homossexualidade e o nacionalismo africânder pode ser ilustrada na definição que a edição de 1979 do *Handwoordeboek van die Afrikaanse Taal*¹⁵ dá para a palavra *moffie*, um termo utilizado em africânder para se referir ofensivamente a homossexuais:

moffie, s.nw. (-s) 1. Homem afeminado. 2. *Homossexualista*. 3. Hermafrodita, *she-male*.¹⁶

Em uma análise semântica dos termos “*verwyfde mansmens*” (“homem afeminado”) e “*homoseksualis*” (“homossexualista”) que aparecem no verbete, Pieterse (2013) escreve que

A raiz **wyf* faz referência às fêmeas do reino animal (...) ou a mulheres de má reputação (...). A adição do prefixo **ver-* e do sufixo **-de* transforma **wyf* em um adjetivo que significa alguém que se tornou, ou que age como, uma “*wyf*”. A adição do sufixo **-is* a “*homoseksual*” é significativa, pois iguala os homossexuais a outros **-ists* vistos como uma ameaça aos pilares do *Afrikanerdom* [nacionalismo africânder], notadamente os “*kommuniste*” (comunistas) e os “*liberaliste*” (liberais) (p. 628, tradução minha)

Como a análise do termo sugere, os *moffies* não eram apenas sujeitos que estavam em dissonância com os ideais de gênero, raça e sexualidade que o nacionalismo africânder prescrevia para homens *whites*, como também representavam ameaças aos próprios fundamentos do *Afrikanerdom*.

Essa perspectiva negativa sobre a homossexualidade pode ser encarada como um dos fatores por detrás das tentativas de interdição e controle das práticas homossexuais por parte do Estado sul-africano durante o *apartheid*. A proibição da sodomia já estava

¹⁵ Dicionário de Mão da Língua Africânder, em tradução literal.

¹⁶ Tradução feita por mim a partir da entrada *moffie* no *Handwoordeboek van die Afrikaanse Taal* (Odendal et al, 1979).

prevista na *common law* do país desde o século XIX, e em 1957 foram feitas emendas ao *Immorality Act* estipulando que protagonistas de condutas ditas “imorais” em público estariam sujeitas a sanções penais, abrindo possibilidades maiores para que quem cometesse atos homossexuais em público fosse penalizado (GEVISSER, 1995).

Novas tentativas de criminalização da homossexualidade ocorreram nos anos 1960. O período testemunhou um crescimento no debate público sobre a homossexualidade na África do Sul, discussão que ganhou ainda mais força em 1966, quando a polícia invadiu uma festa em um subúrbio de Johannesburgo, onde homens praticavam sexo, e prendeu nove deles por “atividade indecente”. A publicização e o escândalo criados pelo incidente levaram o governo, em 1968, a criar um comitê para debater a melhor forma de criminalizar as relações homossexuais no país, independente de se consumadas em público ou em privado. Interessante notar que, em linha com os argumentos de Moutinho (2004a) sobre a centralidade do controle sexual dos homens *whites* no *apartheid*, Jones (2008) escreve que, nos debates ocorridos no governo a respeito da criminalização da homossexualidade, a grande preocupação era com a homossexualidade masculina *white*, especialmente a *africânder*, e raras menções foram feitas à homossexualidade de homens *blacks*, *indians* ou *coloureds*.

A medida provocou a reação de alguns grupos organizados de homossexuais e recebeu críticas de importantes psiquiatras sul-africanos, que alegavam não haver sentido em criminalizar o que para eles era um distúrbio psicológico, passível de tratamento (JONES, 2008; SCHAAP, 2011). Assim, em 1969, em vez de criminalizar completamente a homossexualidade, o *Immorality Act* ganhou novas emendas, duas das quais encurtaram as possibilidades legais de atos homossexuais ao 1) proibir o relacionamento sexual entre dois homens na presença de terceiros e 2) aumentar a idade de consentimento para o sexo entre dois homens de 16 para 19 anos.

Moffies na South African Defence Force

As forças armadas sul-africanas, as mais bem preparadas e equipadas no continente africano ao longo do século XX, foram fundamentais à manutenção do regime segregacionista ao reprimir revoltas internas, atuar em guerras nas fronteiras da África do Sul e servir como símbolo de independência e força do país. Além disso, a SADF tinha uma conexão importante com os *whites* sul-africanos. Cock (1989) aponta que a África do Sul do *apartheid* era uma sociedade militarizada, em que o exército tinha um papel político

de extrema relevância. De fato, a SADF estava virtualmente presente na vida de muitas famílias *whites*: além de sua importância na continuidade de um regime que protegiam seus privilégios, muitos membros dessas famílias fizeram parte da instituição, já que entre 1967 e 1993 a África do Sul instituiu um sistema de serviço militar obrigatório para todos os homens *whites* a partir de 17 anos.

O treinamento militar, além da formação de um corpo de soldados, também teve um papel importante na socialização de homens *whites* nos ideais de masculinidade caros ao nacionalismo africânder (SCHAAP, 2011), construídos a partir das chaves do nacionalismo, da belicosidade, da virilidade e com valores heterossexuais implícitos (MCCLINTOCK, 1991.; COCK, 1993; DU PISANI, 2004; REES, 2010; SCHAAP, 2011.; CONWAY, 2008; 2012). Dado o caráter onipresente do exército nessa sociedade militarizada, não é de surpreender que o exército fosse encarado pelos *whites*, especialmente os africânderes, como espaço propício para o amadurecimento da masculinidade, em que meninos se transformavam em homens e na qual a homossexualidade era passível de sofrer sanções (CROUS, 2006). Não obstante, pensar como a literatura registra essa passagem pelo exército abre a possibilidade de examinar como a instituição não foi só um espaço infenso à homossexualidade.

***Moffie*: normalização, subjetivação, resistência e amizade no exército sul-africano**

A SADF tinha uma política dúbia sobre a sexualidade de seus membros. Aqueles que queriam construir fazer parte do corpo permanente das forças armadas tinham que declarar sua orientação sexual e homossexuais não eram aceitos; entre os recrutas a situação era diferente: para evitar que homens se declarassem homossexuais para fugir do serviço militar, a homossexualidade não era uma das causas de dispensa (BELKIN et al, 2010). De qualquer forma, ela era considerada uma “desordem comportamental” pelo exército e alguns homens identificados como homossexuais sofreram abusos físicos e psicológicos por parte de médicos e psiquiatras das forças armadas na tentativa de reverter sua orientação sexual – violações que tiveram lugar na infame “Ward 22”, ala de psiquiatria da SADF sob o comando do médico Aubrey Levin (KAPLAN 2004; REEDY, 2013).

É nessa instituição que o romance *Moffie* é ambientado. Publicado em 2006, o livro foi adaptado em um espetáculo de dança homônimo em 2012 e em um filme que estreou mundialmente em abril de 2020. Inspirado, segundo o próprio autor, em experiências por ele vividas nas forças armadas sul-africanas durante o *apartheid*, o livro conta a história

do jovem *white* Nicholas van der Swart, retratando período em que o garoto, após completar 18 anos, inicia seu treinamento obrigatório de dois anos na SADF. Romance de formação, *Moffie* retrata o amadurecimento de Nicholas no exército. No início do serviço militar, o jovem sofre com a ideia de passar dois anos naquela instituição, representante de valores que ele abomina, tais como a segregação racial. Durante seu treinamento, Nicholas testemunha as duras condições às quais os recrutas são submetidos, e seu sofrimento se torna ainda mais agudo porque ele procura esconder sua atração sexual por outros homens, que, se descoberta, colocá-lo-ia em uma posição particularmente exposta a assédios físicos e verbais. Contudo, a sua experiência logo se transforma em algo mais suportável, graças, em parte, às amizades que ele forja na SADF, que lhe permitem aguentar o período de serviço militar e, mais do que isso, o levam a abraçar a sua sexualidade. Para discutir como o exército aparece como instituição normalizadora e que transforma a subjetividade de Nicholas, analiso a seguir algumas cenas da obra.

Um dos temas que aparecem continuamente no livro é a relação conturbada entre ele e seu pai. Os dois brigam repetidamente, pois o pai considera que Nicholas não é um “homem de verdade”: o garoto prefere se dedicar à pintura a praticar rúgbi, esporte símbolo de orgulho e nacionalismo dos (homens) africânderes, só demonstra aptidão na escola nas matérias relacionadas à arte, rejeita caçar animais... Todas essas características fazem com que desde muito cedo o pai advirta o filho de que, caso não mude, seu destino será se tornar um *moffie*, algo que seria intolerável. Ao completar 18 anos, chega o momento de Nicholas servir no exército, e seu pai enxerga esse momento como a oportunidade do filho se tornar um “homem de verdade”. No dia da partida de Nicholas, o pai diz, referindo-se ao exército: “Eu fico feliz em saber que não é minha responsabilidade te colocar em forma. Eu sinto pena daqueles instrutores (...) você vai ver como o mundo real funciona, garoto! (...) Seu bebezinho. Com a sua idade eu era um homem” (VAN DER MERWE, 2006, p. 19, tradução minha)¹⁷. Falando sobre o filho para a esposa, ele diz: “Ele é um maricas (...) e eu espero que eles consigam arrancar isso dele no exército. Deus sabe que eu não tive sorte com ele” (*Ibid.*, p. 20, tradução minha)¹⁸.

A expectativa de que o exército possa fazer de Nicholas um “homem de verdade” nos leva a pensar que se a “transformação de si” na instituição é geralmente vista a partir

¹⁷ No original: “I’m just glad it’s not my job to get you into shape. I feel sorry for those instructors (...) you are going to see how the real world works, my boy! (...) Little baby. At your age I was a man”.

¹⁸ No original: “[H]e is a sissy (...) and I hope they flog it out of him in the army. I sure as hell have had no luck with him”.

da produção de combatentes, por meio de uma “técnicas do corpo” (MAUSS, 2003) e de conhecimentos da *scientia militaria*, é também possível analisar o exército como instituição produtora de subjetividades, na esteira da discussão de Foucault (2001) sobre como os seres humanos são transformados em sujeitos por meio das “tecnologias disciplinares”. Se a disciplina do exército, instituição por excelência vinculada à promoção de valores patrióticos, nos faz pensar na produção de subjetividades bélicas/nacionalistas, o exemplo de *Moffie* mostra que também é possível pensar o exército como intimamente ligado à produção de uma masculinidade calcada em ideais de gênero e sexualidade: a SADF surge na vida de Nicholas como instituição normalizadora que tem potencial de transformar não só civis em combatentes qualificados, mas também meninos em homens; “maricas (*sissies*)” em “homens de verdade”; “*moffies*” em homens heterossexuais.

A transformação da subjetividade de Nicholas no exército a partir de marcadores de gênero e sexualidade se faz presente em outros momentos de *Moffie*. Ao longo do livro, os oficiais do exército evocam a homossexualidade como uma ofensa para a honra e deixam claro que o controle da conduta sexual e moral dos recrutas é algo de extrema importância na instituição. Em um trecho, dois jovens são descobertos por oficiais enquanto faziam sexo, sendo submetidos à humilhação pública pelos oficiais em frente a outros recrutas. Um dos oficiais diz, referindo-se aos garotos: “Isso aqui na frente de vocês (...) é a forma de vida mais baixa que vocês verão. (...) Vocês dois são uns merdas, *kaffirs*¹⁹, cães, animais. Não, vocês não merecem serem chamados de animais; nem animais agem como vocês agem” (VAN DER MERWE, 2006, p. 131, tradução minha)²⁰. Alguns dias mais tarde, o mesmo oficial informa aos recrutas que, a fim de evitar maiores punições, um dos garotos descobertos fazendo sexo reconheceu que cometeu um erro e que tinha uma desordem de personalidade que o impelia a impulsos homossexuais, e teria se voluntariado para ser internado na Ward 22. Quando perguntado sobre o que acontece com as pessoas enviadas para a Ward 22, o oficial responde: “Eu ouvi dizer que eles os tratam com técnicas sofisticadas, e eventualmente eles mandam de volta para a sociedade um indivíduo perfeitamente equilibrado, que consegue se integrar, casar e ter filhos” (*Ibid.*, p. 159, tradução minha)²¹. Depois desse

¹⁹ Termo interrogatório para se referir a pessoas *blacks* na África do Sul.

²⁰ No original: “This before you (...) is the lowest form of life you will ever see. (...) You’re shit, kaffirs, dogs, animals. No, you’re not worthy of being called animals; not even animals carry on like you do”.

²¹ No original: “They treat them with sophisticated techniques, I’m told, and eventually they give society a perfectly balanced individual who can integrate, get married and have children”.

episódio, o medo de ter o mesmo destino dos garotos leva Nicholas a tentar esconder a sua atração por outros homens a partir do controle de seu desejo sexual e de seus trejeitos, processo de controle de si e internalização das normas que ressoa a análise de Foucault do “exame de si mesmo”, uma das tecnologias que emergem com o dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1988).

Apesar do esforço do exército em transformar os sujeitos em heterossexuais, a possibilidade de resistência a esse processo também está presente. Nesse sentido, se a obra de Foucault objetiva investigar a história das diferentes maneiras pelas quais os seres humanos são transformados em sujeitos, a analítica do poder foucaultiana não deixa de analisar a resistência a esse processo de subjetivação. Na verdade, da perspectiva foucaultiana, o poder é impossível sem a resistência: “lá onde há poder há resistência (...). [E]sta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (*Ibid.*, p. 106). Nesse sentido, se a normalização é um processo intrínseco a diferentes instituições da modernidade, o *modus operandi* desse poder deixa sempre uma esfera de agência disponível para o indivíduo – até porque isso faz parte de sua mecânica: é preciso que o sujeito seja uma parte ativa na sua própria subjetivação.

No gancho da possibilidade da resistência formulado por Foucault, Agier (2012) elabora a noção de “sujeito” como uma categoria de análise antropológica que teria a capacidade de transcender (sem, contudo, eliminar) os diversos sentidos atribuídos às noções antropológicas de pessoa e indivíduo, permitindo ultrapassar a problemática da identidade na antropologia. Nesse sentido, ele propõe pensar que o sujeito existe quando toma distância de sua condição social, da identidade que lhe foi atribuída e, eventualmente, de um eu que sofre. Nessa perspectiva de sujeito, *Moffie* também oferece uma série de exemplos de como Nicholas resiste à normalização oriunda do exército. Apesar do constante assédio por ser visto como homossexual, da sempre presente ameaça da Ward 22, do cerco à homossexualidade no exército, Nicholas, em uma atitude reflexiva sobre a violência que presencia e vivencia, termina o seu treinamento se autoafirmando homossexual, em uma atitude de afronta para com as normas heterossexuais presentes na instituição.

Contudo, a normalização no exército não deve ser vista somente a partir da perspectiva da interdição da homossexualidade; é necessário pensar em como a própria instituição termina por construir subjetividades homossexuais. Nesse sentido, voltando à cena em que os dois rapazes são pegos tendo relações sexuais, é interessante notar como

esse ato é visto pelos oficiais como revelador de uma verdade sobre os dois recrutas: por terem se relacionado sexualmente, eles seriam homossexuais e, como tais, precisariam ser tratados na Ward 22 para se curarem. Essa cena evoca a passagem da proibição da sodomia para a regulação do homossexual como “espécie” que Foucault (1988) argumenta ter ocorrido na modernidade, e que teria como efeito não só as tentativas de proibição do comportamento homossexual ou da reversão desse “traço” da personalidade, mas também a produção de uma subjetividade homossexual.

Outro ponto a se destacar é que a perseverança de Nicholas no exército não é fruto somente de um esforço individual e reflexivo, mas também das relações que ele estabelece ali, que o ajudam a aguentar a pressão imposta pela instituição e que se mostram essenciais para as transformações pelas quais o jovem passa. Na SADF, Nicholas se aproxima de três jovens: Dylan, Ethan e Malcolm. O primeiro é um introvertido rapaz que pouco conta de sua vida, mas que aos poucos vai se aproximando de Nicholas. Em um determinado momento do livro, Dylan se suicida, e Nicholas atribui isso à pressão que o amigo sentia por ser homossexual, o que o leva a pensar sobre a sua própria sexualidade. Ethan é um garoto pelo qual Nicholas se apaixona, e a relação dos dois leva Nicholas a explorar, pela primeira vez em sua vida, as possibilidades de engatar um romance com um outro homem. Malcolm, por sua vez, torna-se o melhor amigo de Nicholas no exército. Ele próprio homossexual, Malcolm introduz ao amigo a cena homossexual de Johannesburg, e a amizade dos dois leva Nicholas a se sentir menos solitário e mais compreendido frente à sua sexualidade. Sobre essas relações, o jovem diz:

[Eles] são três pessoas com as quais eu formo aqui, neste meu pesadelo, conexões antes desconhecidas; três relacionamentos notáveis, tão importantes que se tornam parte de mim, como um órgão vital. É irônico que aqui, onde me sinto tão desesperado, eu receba estas bênçãos (VAN DER MERWE, 2006, p. 79, tradução minha)²².

A amizade como um elemento importante em momentos de dificuldades, especialmente aquela forjada entre pessoas que não seguem padrões heteronormativos de gênero e sexualidade, ressoa algumas ideias exploradas por Jeffrey Weeks (2001) com o conceito de “ética da amizade”. Refletindo a partir do contexto estadunidense, o autor mostra como as relações entre gays e entre lésbicas são geralmente legitimadas a partir de outras

²² No original: “[They] are three people with whom I form previously uncharted connections here in my living nightmare; three remarkable relationships, so important that they become a part of me, like a vital organ. How ironic that here, where I feel so hopeless, I receive these blessings”.

fórmulas que não as do “sangue” e da “lei”, basilares da família, mas sim da linguagem do amor e da escolha. Weeks argumenta que esses laços de amizade acabam por reproduzir padrões similares àqueles presentes nas relações de parentesco e, mais do que isso, essas relações, negociadas e baseadas em valores democráticos, formam o que ele propõe chamar de uma “ética da amizade”. Ideias similares são trabalhadas por Kath Weston (1991) em sua etnografia em uma comunidade gay e lésbica de São Francisco, Califórnia. A autora mostra como as relações homossexuais conduziram uma passagem do império da “biologia” como legitimadora do parentesco para o da “escolha” como valor a ser enfatizado, o que mais tarde faria emergir o conceito de “comunidade gay”. A autora nota que ao estender a homossexualidade para além do sexual, a ideia de uma comunidade baseada na identidade abriu novas possibilidades para o uso de uma terminologia de parentesco para imaginar lésbicas e homens gays como membros de uma totalidade unificada (*Ibid.*, p. 121).

Ainda que não utilize a linguagem do parentesco para se referir aos amigos, as relações de amizade que Nicholas constrói no exército são apontadas em muitas passagens do livro como um bálsamo contra a aspereza da vida no exército, e são várias vezes descritas em contraste com o ambiente autoritário e sufocante da vida familiar. As relações de Nicholas com Dylan, Ethan e Malcolm fazem o jovem questionar vários de seus medos e (in)certezas, até que em determinado momento ele percebe estar seguro de sua sexualidade e decide rebelar-se, ainda que internamente, contra um sistema que ele enxerga como subjugando-o. As relações de amizade parecem adquirir, aqui, um aspecto que Cornejo (2015) chama de “pedagógico”. Influenciado pelas ideias de Foucault (1981) sobre a amizade homossexual como tendo um potencial radical de criatividade que possibilita a criação de novos modos de vida, e não só a simples repetição de normas sociais, Cornejo ressalta a importância da amizade com outras pessoas que não seguiam padrões heteronormativos para uma criança *queer* peruana em um contexto de violência e vulnerabilidade social: “Essas amizades abriram possibilidades sociais, afetivas e sexuais anteriormente inacessíveis a ela. (...) Essas amizades *queer* eram a diferença entre morrer e se agarrar à vida” (CORNEJO, 2015, p. 137).

A interação normalização-resistência, dupla que no pensamento foucaultiano aparece como intrinsecamente conectada, parece ser responsável pela transformação de si que ocorre em Nicholas durante sua passagem pelo exército. Esse processo é, por um lado, mediado pela relação do garoto com a instituição e seus representantes, em uma dinâmica que se à primeira vista parece ser de mera tentativa de interdição da homossexualidade, também pode pensada como produtora de uma subjetividade homossexual ao transformar

condutas em propriedades de sujeitos. Ao mesmo tempo, a subjetivação de Nicholas é dependente das relações de amizade que ele cria e nutre na instituição, que lhe garantem um espaço para além da família onde encontrar suporte e apoio.

Como poderíamos, então, pensar a transformação pela qual Nicholas passa nas forças armadas? Na cerimônia de graduação de exército, reservada para uma pequena elite que consegue terminar o treinamento, ele faz a seguinte reflexão sobre seu tempo na instituição:

Sinto um obscuro sentimento de orgulho, principalmente por ter conseguido completar [esse treinamento] que vai tão totalmente contra tudo o que eu defendo. Mas a satisfação me faz sentir como se eu estivesse me traindo – permitindo que este sistema que eu odeio me torne parte dele” (VAN DER MERWE, 2011, p. 301)²³.

Dessa reflexão podemos inferir que o tempo no exército foi efetivo em transformar Nicholas a partir das normas da SADF, processo que ele reconhece e abomina. Contudo, se o treinamento o tornou um exímio soldado sul-africano, isso não impediu que uma outra transformação também ocorresse: ele não se torna o homem africânder viril, exímio em rúgbi, defensor dos princípios austeros do cristianismo calvinista e heterossexual, conforme seu pai esperava que fosse acontecer com o filho na SADF; antes, Nicholas sai da instituição mais consciente – e seguro – de ser gay. Nas palavras dele: “[Meu] pai mandou um garoto no armário para o exército e recebeu de volta um homem homossexual” (*Ibid.*, p. 194, ênfase e tradução minhas)²⁴.

Conclusão

Uma perspectiva antropológica sobre a construção da subjetividade no exército permite pensá-la como um projeto aberto, cuja realização depende não somente de estruturas sociais que moldam as identidades individuais, mas também de espaços de agência que podem levar a resultados não previstos pelas normas. Um diálogo entre os escritos de Foucault (2008, 2014, 2016) e Butler (2010[1990]) ajuda a discutir a produção de normas sociais e como elas são negociadas nas trajetórias individuais.

Foucault (2008, 2014, 2016), ao dar centralidade à sexualidade e ao racismo na configuração de relações de poder e na definição do Estado moderno, aborda a articulação

²³ No original: “I feel an obscure sense of pride, mainly for having succeeded in completing a year so totally against everything I stand for. But the satisfaction makes me feel as if I’m betraying myself — allowing this system I hate to make me a part of it”.

²⁴ No original: “[My father] sent a closeted child to the army and got a homosexual man back”.

entre tecnologias de normalização e normatização nas subjetividades individuais. Nesse sentido, o filósofo dá destaque ao processo de criação de diferenças sociais que seriam gestadas por discursos estatais, nacionais e científicos, legitimando (e mesmo impondo) experiências definidoras sobre as verdades dos sujeitos e suas práticas.

A construção dessas convenções e padrões de normalidade é trabalhada por Butler (2010[1990]) a partir da ideia de que os sujeitos reiteram esses papéis *performativamente*. Se os discursos de normatização têm um papel definidor nas trajetórias individuais, também existem margens de manobra às quais os sujeitos podem recorrer nas suas construções de si, mesmo diante de relações sociais mais ou menos estabilizadas. Os sujeitos internalizam regras sociais ou *performatizam* normas sempre em constante diálogo com essas normatizações, e, portanto, faz-se necessário entender como essas padronizações ganham sentido e são negociadas nas trajetórias individuais. Estendendo essa perspectiva para pensar a construção do gênero pela *performance*, Butler nota que o caráter performático exporia a natureza artificial do binarismo e da hierarquização do gênero, construída a partir da *performance* esperada para cada sexo, em conjunção com “vários componentes de raça, classe, idade, etnia, sexualidade e outros eixos de relação de poder” (*Ibid.*, p. 6). Nessa linha, a produção recente a respeito dos marcadores sociais da diferença enfatiza “uma crescente ênfase na análise de situações cuja tônica é ‘negociar com a adversidade’” (MOUTINHO, 2014, p. 235), em que efeitos de sujeição são pensados juntamente com os “recursos e modos de agência diversificada que essas articulações ou intersecções possibilitam” (ALMEIDA *et al.*, 2018, p. 22).

Tentei mostrar com este artigo que as relações sexuais entre homens na SADF, para além da interdição e da violência em que se concentra a maior parte da literatura sobre o tema, tinham aspectos mais complexos. Com a trajetória de Nicholas, protagonista do *Moffie*, fiz um esforço de recuperar, por meio da literatura, as “tensões vivenciadas entre o esperado e o temido, a conformação e as dissidências, os desejos incentivados e os perturbadores, crescentemente recusados como abjetos, relegados ao silêncio e às sombras” (MISKOLCI, 2012, pp. 191-192), mostrando que a passagem pelo exército significou para ele, entre outras coisas, a possibilidade de se entender melhor como homossexual. Nesse sentido, tratar da passagem de um homem *white* nas forças armadas sul-africanas do *apartheid* significa falar das maneiras complexas em que marcadores sociais da diferença e projetos de nação interagem com subjetividades, em um processo no qual resistência e normalização se misturam sem necessariamente se oporem.

Referências

- AHLBÄCK, Anders. **Manhood and the Making of the Military: Conscription, Military Service and Masculinity in Finland, 1917–39**. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2014.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque de *et al.* “Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva”. *In: SAGGESE, Gustavo Santa Roza et al. Marcadores sociais da diferença: Gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Gramma, 2018, pp. 9-30.
- AGIER, Michel. “Pensar el sujeto, descentrar la antropología”. *In: Cuadernos de Antropología Social*, n. 35, pp. 9-27, 2012.
- BELKIN, Aaron *et al.* “Readiness and DADT Repeal: Has the New Policy of Open Service Undermined the Military?”. **Armed Forces and Society**, vol. 39, n. 4, pp. 587-601, 2013.
- BELKIN, Aaron; CANADAY, Margot. “Assessing the integration of gays and lesbians into the South African National Defence Force”. **Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies**, vol. 38, n. 2, pp. 1-21, 2010.
- BELKIN, Aaron; MCNICHOL, Jason. “Homosexual Personnel Policy and the Canadian Forces: Did Lifting the Gay Ban Undermine Military Performance?”. **International Journal**, vol. 56, n. 1, pp. 73-88, 2001.
- BELKIN, Aaron; LEVITT, Melissa. “Homosexuality and the Israel Defense Forces: Did Lifting the Gay Ban Undermine Military Performance?”. **Armed Forces & Society**, vol. 27, n. 4, pp. 541-565, 2001.
- BENTO, Berenice. “Prefácio”. *In: PELÚCIO, Larissa. Abjeção e desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume, 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARREIRAS, Helena. “Diversidade social nas forças armadas: Gênero e orientação sexual em perspectiva comparada”. **Nação e Defesa**, n. 107, pp. 61-88, 2004.
- CONWAY, Daniel. **Masculinities, militarization and the End Conscription Campaign**. Manchester: Manchester University Press, 2012.
- CONWAY, Daniel. “The Masculine State in Crisis: State Response to War Resistance in Apartheid South Africa”. **Men and Masculinities**, vol. 10, n. 4, 2008.
- CORNEJO, Giancarlo. “Por uma pedagogia *queer* da amizade”. **Áskesis**, vol. 4, n. 1, pp. 130-142, 2015.
- CROUCHER, Sheila. “South Africa’s Democratisation and the Politics of Gay Liberation”. **Journal of Southern African Studies**, vol. 28, n. 2, pp. 315-330, 2002.

CROUS, Marius. “En ek sê dis 'n trassie’: Perspectives on Afrikaner Homosexual Identity”. **Agenda: Empowering Women for Gender Equity**, n. 67, pp. 48-56, 2006.

DU PISANI, Jacobus Adriaan. “Hegemonic Masculinity in Afrikaner Nationalist Mobilisation, 1934-48”. *In: DUDINK, Stefan; HAGEMANN, Karen; TOSH, Josh (orgs). Masculinities in Politics and War: Gendering Modern History.* Manchester: Manchester University Press, 2004, pp. 157-176.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics.** Berkeley: University of California Press, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. “The Subject and Power”. *In: FAUBION, James D. (org). Power (The Essential Works of Foucault, 1954-1984, Vol. 3).* Nova York: The New Press, 2001, pp. 328-348.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. “De l’amitié comme mode de vie”. **Gai Pied**, n. 25, pp. 38-39, 1981. Disponível em tradução para o português em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amizade.pdf>

FREVERT, Ute. “Soldaten, Staatsbürger – Überlegungen zur historischen Konstruktion von Männlichkeit”. *In: KÜHNE, Thomas. Männergeschichte – Geschlechtergeschichte: Männlichkeit im Wandel der Moderne.* Frankfurt am Main/Nova York: Campus Verlag, 1996, pp. 69-87.

GAISTKELL, Deborah; UNTERHALTER, Elaine. “Mothers of the Nation: a Comparative Analysis of Nation, Race and Motherhood in Afrikaner Nationalism and the African National Congress”. *In: ANTHIAS, Floya; YUVAL-DAVIS, Nira (orgs). Woman-Nation-State.* Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1989, pp. 58-78.

GEVISSER, Mark. “A Different Fight for Freedom”. *In: CAMERON, Edwin; GEVISSER, Mark (orgs). Defiant Desire: Gay and Lesbian Lives in South Africa.* Nova York: Routledge, 1995, pp. 14-88.

HARRY, Joseph. “Homosexual Men and Women Who Served Their Country”. **Journal of Homosexuality**, vol. 10, n. 1-2, pp. 117-125, 1984.

HEINECKEN, Lindy. “Diverse Society, A Representative Military? The Complexity of Managing Diversity in the South African Armed Forces”. **Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies**, vol. 37, n. 1, pp. 25-49, 2009.

HEKMA, Gert. "Homosexual Behavior in the Nineteenth-Century Dutch Army". **Journal of the History of Sexuality**, vol. 2, n. 2, pp. 266-288, 1991.

JACKSON, Paul. **One of the Boys: Homosexuality in the Military during World War II**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2004.

JONES, Tiffany F. "Averting White Male (Ab)normality: Psychiatric Representations and Treatment of 'Homosexuality' in 1960s South Africa". **Journal of Southern African Studies**, vol. 34, n. 2, pp. 397-410, 2008.

KAPLAN, Robert M. "Treatment of Homosexuality During Apartheid". **BMJ**, vol. 329, pp. 1415-1416, 2004.

KWON, Insook. "A Feminist Exploration of Military Conscription: The Gendering of the Connections Between Nationalism, Militarism and Citizenship in South Korea". **International Feminist Journal of Politics**, vol. 3, n. 1, pp. 26-54, 2001.

MATEBENI, Zethu. "Perspectivas do Sul sobre relações de gênero e sexualidades: uma intervenção *queer*". **Revista de Antropologia**, vol. 60, n. 3, pp. 26-44, 2017.

MAUSS, Marcel. "As técnicas do corpo". In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, pp. 399-422.

MASON, Paul. "Masculinity against the grain in Damon Galgut's *The beautiful screaming of pigs*, André Carl van Merwe's *Moffie* and Koos Prinsloo's *Jonkmanskas*". **Scrutiny2: Issues in English Studies in Southern Africa**, vol. 21, n. 3, pp. 73-93, 2016.

MCCLINTOCK, Anne. "'No Longer in a Future Heaven': Women and Nationalism in South Africa". **Transition**, n. 51, pp. 104-123, 1991.

MOSSE, George L. **Nationalism and Sexuality: Respectability and Abnormal Sexuality in Modern Europe**. Nova York: Howard Fertig, 1985.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: Masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume/Fafesp, 2012.

MISKOLCI, Richard. "A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização". **Sociologias**, vol. 11, n. 21, pp. 150-182, 2009.

MOUTINHO, Laura. "Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes". **Cadernos Pagu**, vol. 1, pp. 201-248, 2014.

MOUTINHO, Laura. "Sobre danos, dores e reparações: The Moral Regeneration Movement – controvérsias morais e tensões religiosas na ordem democrática sul-africana". In: TRAJANO FILHO, Wilson (org). **Travessias antropológicas: Estudos em contextos africanos**. Brasília: ABA Publicações, 2012, pp. 275-296.

MOUTINHO, Laura. “Condenados pelo desejo? Razões de Estado na África do Sul”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, n. 56, pp. 95-112, 2004a.

MOUTINHO, Laura. “Raça, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: Uma comparação entre Brasil e África do Sul”. **Cadernos Pagu**, vol. 23, pp. 56-88, 2004b.

MOUTINHO, Laura. **Razão, “Cor” e Desejo: Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004c.

MOUTINHO, Laura. “Sexualidade, ‘raça’ e direitos na África do Sul: Primeiras reflexões”. *In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA; Sérgio (org.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras***. Rio de Janeiro: Garamond, 2004d, pp. 345-363.

MOUTINHO, Laura; CARRARA, Sérgio. “Apresentação”. **Cadernos Pagu**, n. 35, pp. 9-35, 2010.

MULHOLLAND, Jon; MONTAGNA, Nicola; SANDERS-MCDONAGH, Erin (orgs). **Gendering Nationalism: Intersections of Nation, Gender and Sexuality**. Nova York: Palgrave Macmillan US, 2018.

NAGEL, Joane. “Masculinity and Nationalism: Gender and Sexuality in the Making of Nations”. **Ethnic and Racial Studies**, vol. 21, n. 2, pp. 242-269, 1988.

NÖTHLING, C.J.; STEYN, L. “The Role of Non-Whites in the South African Defence Force”. **Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies**, vol. 16, n. 2, pp. 47-54, 1986.

ODENDAL, François Frederik *et al.* **Handwoordeboek van die Afrikaanse Taal**. Johannesburg: Perskor, 1979.

PIETERSE, Jimmy. “Dictionaries and Discourses of Deviance: Changing Lexical Representations of ‘Moffie’ and the Reorganisation of Sexual Categories among Afrikaans Speakers during the Second Half of the Twentieth Century”. **South African Historical Journal**, vol. 65, n. 4, pp. 618-637, 2013.

PINTO, Renato. **Duas rainhas, um príncipe e um eunuco: Gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

POSEL, Deborah. “Race as Common Sense: Racial Classification in Twentieth-Century South Africa”. **African Studies Review**, vol. 44, n. 2, pp. 87-113, 2001a.

REEDY, Vasu *et al.* “Military Mutilation: The Aversion Program in the South African Defence Force in the Apartheid Era”. *In: EPPRECHT, Marc; NYECK, S. N. (orgs). **Sexual Diversity in Africa: Politics, Theory, and Citizenship***. Montreal: McGill-Queen’s University Press, 2013, pp. 91-108.

REES, Jennifer. **Masculinity and Sexuality in South African Border War Literature**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Stellenbosch, Stellenbosch, 2010.

RIBEIRO, Fernando Rosa. “A construção da nação na África do Sul: a ideologia individualista e o apartheid”. **Anuário Antropológico**, p. 161-188, 1994.

SCHAAP, Rudy. **State of Emergency**: An exploration of attitudes towards homosexuality in the SADF, 1969-1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Stellenbosch, Stellenbosch, 2011.

SINCLAIR, G. Dean. “Homosexuality and the Military: A Review of the Literature”. **Journal of Homosexuality**, vol. 56, pp. 701-718, 2009.

VAN DER MERWE, André Carl. **Moffie**: A Novel. Vermont: Penstock Publishing, 2006.

VAN ZYL, Mikki *et al.* **The Aversion Project**: Human Rights Abuses of Gays and Lesbians in the SADF by Health Workers During the Apartheid Era. Cidade do Cabo: Simply Said and Done, 1999.

WEEKS, Jeffrey. “The Friendship Ethic”. *In*: DONOVAN, Catherine; HEAPHY, Brian; WEEKS, Jeffrey (org.). **Same sex intimacies**: Families of choice and other life experiments. Londres/Nova York: Routledge, 2001, pp. 51-76.

WESSELS, André. “Half a Century of South African “Border War” Literature: A Historiographical Exploration”. **Journal for Contemporary History**, vol. 42, n. 2, pp. 24-47, 2017.

WESTON, Kath. **Families We Choose**: Lesbians, Gays, Kinship. Nova York: Columbia University Press, 1991.

Recebido em: 14/01/2020
Aprovado em: 17/06/2020